

15 NOV 2006



BRASIL S/A

por Antônio Machado

cidadebiz@correio.com.br

Economia - Brasil

O plano cheira bem

Mesmo sem o consenso da área econômica do governo e dos ministros palacianos, e também contrariando prognósticos até domingo último, o conjunto de propostas levado à apreciação do presidente Lula com o fim de turbinar o crescimento sem ameaçar o controle da inflação é um dos mais competentes trabalhos com diagnósticos e soluções já preparados no setor público em muitos anos. Lula pela primeira vez terá um plano completo para todo o mandato e um elenco de opções, resultantes das três conquistas básicas de 2003 a 2006: a inflação domada, a drástica redução da dependência externa e o espetacular avanço dos programas sociais de distribuição de renda.

Como corrigir o que o governo Lula não soube superar, assim como todos os que vieram após a Constituição de 1988, que multiplicou o custeio do Estado e as políticas sociais à custa da asfixia tanto do investimento público como do privado devido ao aumento da carga tributária e da dívida pública e sua seqüela dos juros extorsivos, é do que tratam as propostas. Elas vão desde uma reforma ampla da Previdência até uma versão mais light, passando por medidas para reduzir o crescimento dos gastos correntes e o custeio do Estado, além da criação de metas de desempenho para os programas públicos.

Se desfrutasse de algo semelhante em 2003, certamente não teria feito um governo centrado na estabilidade da macroeconomia e sem nenhuma criatividade e capacidade gerencial nas áreas setoriais, como saúde e educação e a infraestrutura de transporte e energia. Dependendo da combinação que considere viável politicamente e que valha a pena brigar pela sua aprovação, poderá fazer ou um governo exemplar ou regular ou medíocre. Ao menos já tem um plano de vôo consistente, e será avaliado pela capacidade de escolha e depois o mais difícil: a sua implementação e cobrança de resultados.

As propostas resultam de uma comunhão de esforços entre técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento que não se deixaram envolver pelas fantasias e ideologias que tentaram tomar praça do governo desde meados da campanha presidencial ainda em 1º turno, e teve a colaboração discreta de economistas de variadas tendências que há meses se dedicavam voluntariamente a estudar saídas para a enrascada fiscal que aprisionou o desenvolvimento.

Outros estudos de fontes externas já foram apresentados a Lula e poderão também fazer parte do mapa da estrada do segundo mandato.

CONJUNTO DE PROPOSTAS PARA TURBINAR O CRESCIMENTO É COMPLETO, MAS DEPENDE DE LULA A MELHOR COMBINAÇÃO

Só quebrando ovos

A medida mínima pensada pelos assessores responsáveis pelo rol de propostas para reativar a economia é que sem quebrar ovos não há a omelete. Não se aumenta o investimento público, tanto em projetos 100% estatais como naqueles em que o governo entra com uma fatia — caso das parcerias público-privadas — sem reduzir outros gastos do governo. A desoneração tributária para o investimento privado pede a mesma providência, pois receita menor implica reduzir a despesa em igual proporção. No plano macroeconômico, além disso, deve-se ajustar a taxa de consumo sobre o PIB, que está em alta, de modo a acomodar o aumento da taxa de poupança. Essa construção exige uma enorme coordenação, que o governo hoje não parece dispor. De tudo isso o mais pesado e conflituoso é o gasto público. Então, que se mexa onde ele é mais crítico e menos justificável: a Previdência.

O objetivo é aumentar a poupança e, assim, o investimento. Se é este o princípio das propostas, faz sentido a sugestão de tirar do salário mínimo a métrica de correção de aposentadorias e pensões e substituí-lo por um índice de inflação. O segurado contribuiu para ter uma renda na velhice equivalente ao total poupado e protegido da inflação, não para vê-la engordada graças à política de aumento de renda trazida pelo reajuste do salário mínimo. Também tem de se considerar que, dado o aumento da expectativa de vida, o total das contribuições é, em média, menor que o benefício recebido. O que é crítico é a transformação da Previdência num meio de transferência de renda para os mais velhos, sem que haja dotação para isso.

É seguir a intuição

Das opções de política fiscal que recebeu quais Lula mandará que se transformem em programas? A depender da maioria de seu entorno, nada mais profundo, selando um governo apenas mediano, se tanto, e à mercê de conflitos das contradições que a economia deverá gerar. Se seguir sua intuição, optará pelo pacote completo, o que fará de muitos dos que o cercam peças ociosas para o segundo mandato.

Pelo que declarou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, depois da reunião para análise das propostas, o presidente deu prioridade à retomada do projeto de unificação nacional das alíquotas do ICMS, o que obrigará os governadores eleitos e reeleitos a virem para a mesa de negociação. Parece uma estratégia. A parte fiscal, segundo o ministro, virá depois, mas adiantou que foram propostos limites para a expansão das despesas com pessoal e saúde, assim como para os gastos do Legislativo e do Judiciário, poderes autônomos que há muito tempo saíram da linha da prudência orçamentária.

É razoável que o governo omita, por enquanto, o encaminhamento de providências mais polêmicas, não pelo menos enquanto não conhecer a intenção dos governadores e, depois, das lideranças partidárias da nova legislatura, que só tomará posse em 15 de fevereiro. Desta vez, ao contrário do que ocorreu em 2003, o tempo político é mais curto que o técnico, de elaboração das propostas. A rigor, quase tudo está entabulado até o nível de projeto de lei. É só decidir.